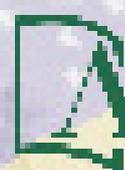


# Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**Luciana Pavowski Franco Silvestre**  
(Organizadora)

# **Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.  
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,  
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>19</b>
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>53</b>
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6051922017</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 72**

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

*Alane Maria da Silva*

*Marilene Bizerra da Costa*

**DOI 10.22533/at.ed.6051922018**

**CAPÍTULO 9 ..... 83**

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

*Renner Coelho Messias Alves*

**DOI 10.22533/at.ed.6051922019**

**CAPÍTULO 10 ..... 94**

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

*Welington Júnior Jorge*

*Izaque Pereira de Souza*

*Aline Evelin Fabrício Macedo*

*Ana Paula de Souza Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220110**

**CAPÍTULO 11 ..... 105**

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

*Francisco Mesquita de Oliveira*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220111**

**CAPÍTULO 12 ..... 117**

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

*Daniel Neto Francisco*

*Carlos Alberto Sarmento do Nascimento*

*Lucimar Ferraz de Andrade Macedo*

*Lamounier Erthal Villela*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220112**

**CAPÍTULO 13 ..... 130**

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

*Evânia Maria Oliveira Severiano*

*Maria Luiza Fernandes Bezerra*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220113**

**CAPÍTULO 14 ..... 141**

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

*Fabrício Brito do Amaral*

*Maria Fernanda Brito do Amara*

*Deusiney Robson de Araujo Farias*

**DOI 10.22533/at.ed.60519220114**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>148</b>
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>160</b>
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>170</b>
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>180</b>
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>190</b>
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>200</b>
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220120</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>222</b>
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220121</b>	

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>236</b>
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220122</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>247</b>
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220123</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>259</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220124</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>269</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220125</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>281</b>
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220126</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>293</b>
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220127</b>	

<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>304</b>
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i>	
<i>Odemir Vieira Baeta</i>	
<i>Theressa Cristina Marques Aquino</i>	
<i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220128</b>	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>322</b>
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220129</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>334</b>
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220130</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>346</b>
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i>	
<i>Luama Alves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220131</b>	
<b>CAPÍTULO 32</b> .....	<b>358</b>
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220132</b>	
<b>CAPÍTULO 33</b> .....	<b>370</b>
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i>	
<i>Rosimeri Salotto Rocha</i>	
<i>Valmin Ramos-Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220133</b>	
<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>381</b>
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.60519220134</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>392</b>

## SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA

**Wanda Griep Hirai**

**RESUMO:** O presente artigo foi elaborado a partir do trabalho de conclusão de curso “Segurança Alimentar e Nutricional: A Cultura Alimentar da População Quilombola” apresentado para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social. Tendo como objetivo principal promover um estudo sobre a política de segurança alimentar e nutricional e a cultura alimentar da população quilombola. A metodologia utilizada para obter os subsídios teóricos que possibilitaram o entendimento da questão proposta baseou-se em fontes de pesquisa bibliográfica e documental, além dos artigos e trabalhos produzidos por diferentes áreas do conhecimento sobre essa temática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança Alimentar, Cultura, População Quilombola.

**ABSTRACT:** This article was prepared from the working end of course “Food Security and Nutrition: The Food Culture of Quilombo population ” presented for the degree of Bachelor of Social Work. Its main objective is to promote a study on food and nutrition security policy and food culture maroon population. The methodology used to derive the theoretical support that enabled the understanding of the issue proposal was based on bibliographic and

documentary research sources, in addition to articles and papers produced by different fields of knowledge on this topic.

**KEYWORDS:** Food Security, Culture, Population Quilombo.

### 1 | INTRODUÇÃO

O tema foi escolhido a partir das vivências nas disciplinas eletivas de Saúde da População Negra e Segurança Alimentar e Nutricional e sua interface com a Saúde, ofertadas pela Faculdade de Serviço Social em conjunto com a Faculdade de Medicina e Nutrição da Universidade Federal de Alagoas. Os temas tratados nessas disciplinas despertaram o interesse para escrever sobre essa temática, entendida como de grande relevância para o Serviço Social.

Ao longo do artigo trataremos da questão da segurança alimentar e nutricional e do processo de construção dessa política no Brasil, sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), métodos de análise e insegurança alimentar e nutricional.

Abordamos também a questão da cultura alimentar dos quilombolas, efetuando-se um resgate histórico de como surgiram essas comunidades; a seguir, explicitam-se os

alimentos mais consumidos por eles e ressalta-se a importância da preservação da cultura alimentar para que seja garantida a segurança alimentar e nutricional.

## 2 | O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O processo de construção da política de segurança alimentar e nutricional envolveu uma série de eventos e acontecimentos sociais e políticos que, direta ou indiretamente, estabeleceram limites e prioridades para a construção das políticas sociais pautadas por este recorte.

Tomando a questão sobre uma dimensão mais ampla, a preocupação com a segurança alimentar foi percebida na Europa a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Neste período, o conceito tinha estreita ligação como conceito de Segurança Nacional e com a capacidade de cada país de produzir sua própria alimentação. Logo após a constituição da (ONU) – Organização das Nações Unidas –, o conceito se fortalece a partir de divergentes interesses.

Havia o entendimento que a insegurança alimentar decorria da produção insuficiente de alimentos nos países pobres. Neste contexto foi lançada uma experiência para aumentar a produtividade de alguns alimentos, associada ao uso de novas variedades genéticas fortemente dependentes de insumos químicos, a chamada Revolução Verde.

No início da década de 1970, a crise mundial de produção de alimentos levou a Conferência Mundial de Alimentação, de 1974, a identificar que a garantia da segurança alimentar teria de passar por uma política de armazenamento estratégico e de oferta de alimentos, associada ao aumento da produção de alimentos.

No Brasil, pouco se discutiu sobre os aspectos que norteiam essa dimensão até a publicação do livro *Geografia da Fome*, do médico, professor, geógrafo, sociólogo e político Josué de Castro. Nascido em 1908, em Pernambuco, Josué de Castro foi autor de inúmeras obras, apresentando ideias revolucionárias para a época, como os primeiros conceitos sobre o desenvolvimento sustentável. Josué de Castro foi um homem que estudou a fundo as causas da miséria no Brasil e no mundo; afirmava que ambas eram fruto de uma sociedade injusta. Suas ideias o levaram a ser reverenciado em todo o mundo, com livros traduzidos em mais de 25 idiomas e várias indicações para o prêmio Nobel da Paz.

Em 1946, através de sua obra, baseada em estudos sistemáticos realizados nas regiões brasileiras, foi possível compreender sob uma ótica macroscópica a fome como fenômeno social, diferentemente de concepções que a tinham como produto os fatores geográficos. Os estudos de Josué de Castro afirmam que a fome é produto de fatores socioeconômicos e políticos, e não apenas de fatores de natureza geográfica. Segundo Castro (1959; 1961; 1996), a fome é a manifestação biológica de um

fenômeno biossocial, econômico e político.

Após o inquérito alimentar levantado por Castro, considerado como principal marco que impulsionou o governo brasileiro a adotar um conjunto de medidas a fim de dar respostas ao problema da fome, foi criado o Serviço Central de Alimentação pelo decreto 1.469, de 1º de agosto de 1939, e algumas outras estratégias foram desenvolvidas, como o SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social), com o objetivo de melhorar a alimentação do trabalhador, tais como: restaurantes populares, merenda escolar, auxílio doença, postos de venda a preço de custo, serviços de visita domiciliar (SILVA, 1995).

No final da década de 1980 e no início da década de 1990, o conceito de segurança alimentar passou a incorporar também a noção de acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente); de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada, culturalmente aceitável, incorporando a ideia de acesso à informação. Essa visão foi consolidada nas declarações da Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, em 1992, pela FAO e pela Organização Mundial de Saúde, que passa a ser denominado segurança alimentar e nutricional (VALENTE, 2002).

A partir do início da década de 1990, consolida-se um forte movimento em direção à reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC (1966). Um passo especial para isto foi a realização da Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, que reafirmou a indivisibilidade dos direitos humanos. Também a Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma, em 1996, e organizada pela FAO, associou definitivamente o papel fundamental do Direito Humano à Alimentação à garantia da segurança alimentar e nutricional. A partir de então, de forma progressiva, a SAN começa a ser entendida como uma possível estratégia para garantir a todos o Direito Humano à Alimentação Adequada (FBASAN apud VALENTE, 2002).

A segurança alimentar como “a garantia, a todos, do acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano”, contribui para uma existência digna”. Tal entendimento foi proposto em 1986, na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, e consolidado na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994.

### **3 | SEGURANÇA ALIMENTAR E O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA**

A alimentação é reconhecida como um direito humano no Pacto Internacional

sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), de 1996. Entende-se que os direitos humanos são aqueles que os seres humanos possuem, única e exclusivamente, por terem nascido e serem parte da espécie humana. O DHAA é um direito humano indivisível, universal e não discriminatório que assegura a qualquer ser humano o direito a se alimentar dignamente, de forma saudável e condizente com seus hábitos culturais (VALENTE, 2002).

Em 1999, o Comitê dos Direitos Econômicos e Sociais as Nações Unidas explicita, no Comentário Geral 12, que “o direito à alimentação adequada é alcançado quando todos os homens, mulheres e crianças, sozinhos, ou em comunidade, têm acesso físico e econômico, em todos os momentos, à alimentação adequada, ou aos meios para a sua obtenção”. O termo adequação refere-se não exclusivamente a um pacote mínimo de calorias e outros nutrientes, mas também a condições sociais, econômicas, culturais e ambientais para uma sobrevivência digna (CONSEA, 2004).

Esse documento transformou-se em um marco para as organizações de direitos humanos e um norte para toda a comunidade internacional. O documento propõe expressamente em seu parágrafo 15:

Sempre que um indivíduo ou grupo é incapaz, por razões além de seu controle, de usufruir o direito à alimentação adequada com recursos à sua disposição, os Estados teriam a obrigação de realizar (prover) tal direito diretamente. Esta obrigação também deve existir no caso de vítimas de desastres naturais ou provocados por causas diversas (PESSANHA, 2001, p. 43).

Portanto, o direito de se alimentar regular e adequadamente não deve ser resultado de ações de caridade, mas sim, prioritariamente, uma obrigação a ser exercida pelo Estado. Para a garantia do DHAA o Estado é um dos principais atores, pois precisa estabelecer políticas que, assim como o faz perante o direito à saúde, melhorem o acesso das pessoas aos recursos para produção ou aquisição, seleção e consumo de alimentos. Essa obrigação se concretiza através da elaboração e efetivação de políticas, programas e ações que promovam a progressiva realização do direito humano à alimentação para todos, definindo claramente metas, prazos, indicadores, e recursos alocados para tal fim.

É por meio da Política de Segurança Alimentar e da Soberania Alimentar<sup>1</sup> articulada a outros programas e políticas públicas que o Estado deve respeitar, proteger, promover e prover o DHAA. Os principais conceitos empregados na definição de Direito Humano à Alimentação Adequada são disponibilidade de alimentos, adequação, acessibilidade e estabilidade do fornecimento (BURLANDY, 2010). Segundo a definição do Direito Humano à Alimentação Adequada, indivíduos, inclusive as gerações futuras, devem ter acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada.

De acordo com Valente (2004), a promoção do DHAA demanda a realização de:

---

<sup>1</sup> Ações específicas para diferentes grupos e passa pela promoção da reforma Soberania Alimentar – direito de decisão dos povos sobre a própria alimentação, de acordo

agrária, da agricultura familiar, de políticas de abastecimento, de incentivo a práticas agroecológicas, de vigilância sanitária dos alimentos, de abastecimento de água e saneamento básico, de alimentação escolar, do atendimento pré-natal de qualidade, da não discriminação de povos, etnia e gênero, entre outros (VALENTE, 2004, p. 27-28).

Apesar dos avanços na elaboração de normas, ainda é um desafio para o Brasil regulamentar essas leis, isto é, detalhar essas normas, garantindo todas as condições para a sua operacionalização, o que inclui o estabelecimento de procedimentos que promovam a exigibilidade do DHAA, entre outros direitos. Neste contexto, o grande desafio para a eficácia dos dispositivos previstos na LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional) é garantir que o DHAA esteja de fato incorporado em seu processo de regulamentação, sob pena de deixar cair por terra todos os avanços que esta lei representa.

#### **4 | MÉTODOS DE ANÁLISE EM PROGRAMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

A Conferência Internacional sobre Nutrição, realizada em Roma em 1992 trouxe à tona a necessidade de implementação de estratégias básicas de alimentação, nutrição, saúde e bem-estar para a população (FAO, 1993). Em 1996, a Cúpula Mundial de Alimentação aprovou a Declaração de Roma sobre Segurança Alimentar e o Plano de Ação, sinalizando a importância de identificar as causas da fome e da má nutrição, assim como de adotar medidas que ajudem a melhorar a situação. Desde então, os países vêm elaborando planos nacionais de ação para a nutrição e a segurança alimentar, tendo como objetivo o enfrentamento dos problemas relacionados a este tema.

Apesar de grande parte dos países implementar programas e ações de alimentação e nutrição, em geral ainda não são realizadas ações institucionalizadas de monitoramento e avaliação voltadas a aperfeiçoá-los. Alguns estudos têm apontado a necessidade do desenvolvimento de uma metodologia de análise que permita o aperfeiçoamento desses programas, com vistas à melhoria de seus resultados, sua rentabilidade, eficácia e sustentabilidade.

Com o intuito de contribuir com o fortalecimento da capacidade dos países, com relação aos programas de Alimentação e Nutrição, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) iniciou um processo que culminou no desenvolvimento de um instrumento de análise de programas de nutrição. A FAO realizou alguns estudos de caso na América, África e Ásia. Esses estudos forneceram informações sobre lições aprendidas, aspectos positivos e limitações dos programas

---

com a cultura e o hábito alimentar (BRANCO, T. C., 2005).

de nutrição.

O Brasil tem se destacado por possuir uma rede de instituições governamentais e não governamentais voltadas à execução da política de alimentação e nutrição existente, na perspectiva do alcance da SAN e do respeito ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). No entanto, ações de acompanhamento e avaliação dessas estratégias ainda não estão incorporadas de forma institucionalizada à rede de atenção à saúde.

## 5 | INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O acesso diário aos alimentos depende, essencialmente, de a pessoa ter poder aquisitivo, isto é, dispor de renda para comprar os alimentos. Uma parcela substancial da população brasileira tem rendimentos tão baixos que a coloca, obviamente, em uma situação de insegurança alimentar.

A solução seria produzir mais alimentos? A produção de grande quantidade de alimentos em um país não é condição suficiente nem necessária para parte da população que passa fome. “Em várias situações históricas, grande número de pessoas morreu de fome, sem que houvesse um declínio significativo na disponibilidade média de alimentos por pessoa” (SEN, 1981, p. 7). O problema da fome no Brasil não se deve à pouca disponibilidade global de alimentos, mas sim à pobreza de grande parte da população.

Infelizmente a insegurança alimentar tem alcançado níveis alarmantes, em nível nacional e global. Dados da ONU apontam que 842 milhões de pessoas passam fome no mundo, o que significa que uma em cada oito pessoas no planeta continua sem alimentos suficientes. No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2013), os dados revelam que 52,06 milhões de brasileiros passam por algum tipo de insegurança alimentar, dos quais 7,2 milhões são do tipo mais grave, incluindo a privação de alimentos. A ameaça da fome no país foi mais frequente entre a população mais jovem, negra e que habita a zona rural. O levantamento mostrou ainda que do total de 93,2 milhões de moradores brancos, 17,2% convivem com a insegurança alimentar; já para os 106,6 milhões de moradores pretos ou pardos, este percentual se eleva para 33,4%. Produzir em quantidade suficiente para garantir alimento a todos não é o problema em si; a questão é fazer com que essa produção seja distribuída de forma igual e combinada, e com preços acessíveis para compra, garantindo assim que todos possam ter acesso à alimentação.

Depois de se entender o que é segurança alimentar e nutricional e como surgiu esse termo e o conjunto de outros termos relacionados a ele, abordaremos sobre a segurança alimentar, agora direcionada ao segundo eixo deste estudo, que tem como alvo a segurança alimentar da população quilombola.

## 6 | RESGATE HISTÓRICO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Para tratar do surgimento das comunidades quilombolas no Brasil e da sua importância no enfrentamento das desigualdades sociais, é indispensável fazer a contextualização histórica, desde o período da escravatura até os dias atuais. Desta forma, podem ser avaliadas as suas conquistas e, também, os desafios a serem superados pelas comunidades quilombolas em todo o país.

Os negros trazidos para o Brasil durante o período colonial lutaram e resistiram contra o regime escravista, formando territórios independentes onde a liberdade e o trabalho comum passaram a constituir as suas bandeiras de liberdade e autonomia.

Sob essa ótica, o grande escritor Leonardo Boff (2000) se refere aos povos africanos como aqueles que contribuíram para o dinamismo da vida do povo brasileiro:

Foram os negros e os indígenas que conferiram e conferem uma marca mística à alma brasileira, encheram e encham de magia nosso cotidiano, tão sombrio e pesado para a grande maioria da população. Todos sabem ser acompanhados pelos santos e santas fortes, pelos orixás e pela mão providente de Deus, que não deixa que tudo se perca e se frustre definitivamente (BOFF, 2000, p. 28).

Durante o processo de organização dos quilombos eles buscavam alternativas para se divertir e se livrar dos castigos dos senhores de engenho. Entre as alternativas usadas pelos negros destaca-se a capoeira, que era vista pelos senhores de engenho como uma dança alegre e sedutora, mas para o negro capoeira era um ritmo de resistência e ao mesmo tempo preparo físico para a luta e fuga da senzala até os quilombos.

O ponto alto desta nova organização em quilombos se deve à resistência da população negra à realidade de trabalho a que fora submetida. Como bem descreve Leonardo Boff (2000) na ocasião dos quinhentos anos da chegada dos europeus em terras brasileiras. Ele se refere a esse acontecimento como a primeira invasão do Brasil, onde índios foram dizimados e negros submetidos ao trabalho forçado.

Na história desde as condições de senzala vivenciadas pelos negros até os dias atuais, em que a situação de submissão da população negra no Brasil colônia reflete nas relações sociais, impedindo uma real democracia e o exercício pleno da cidadania. Historicamente, o ápice deste processo tem seu marco a partir do ano de 1888, quando o Brasil se vê pressionado pelas grandes potências mundiais a aderir ao fim do trabalho escravo. A abolição da escravatura foi a forma legitimada de o Brasil cessar com o tráfico e a manutenção do negro na senzala. A abolição da escravatura foi precedida pela Lei do Ventre Livre e pela Lei Sexagenária.<sup>2</sup>

Contudo, todas estas formas de “dar” a liberdade ao negro não resultaram na plena liberdade e autonomia deles. Os guetos dos centros urbanos foram se tornando espaços de concentração da população negra. Nas grandes fazendas o negro já não era mais referência de mão de obra qualificada, tendo como competidores os

<sup>2</sup> Em 1885, foi aprovada a lei Saraiva-Cotegipe ou dos Sexagenários, que beneficiava os negros

imigrantes que foram chegando ao Brasil, como franceses e italianos, entre outros.

Pode-se perceber que a organização dos quilombolas durante as diversas gerações está diretamente ligada à sua própria existência. Foi agregando-se com integrantes da própria comunidade e entre os quilombos da mesma região que essa população, no passado, ganhou força para permanecer viva, principalmente nos anos que antecederam à abolição da escravidão. Repetindo a mesma prática, as comunidades quilombolas de hoje também se reuniram em torno da igualdade racial e da questão quilombola (SOARES, 2012).

Nas últimas décadas, sobretudo com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, verifica-se um maior empenho do governo federal na efetivação e implantação da política racial. O resgate desta questão no governo gerou debates relevantes no processo de atualização da questão dos quilombolas (SOARES, 2012).

Até então, não havia de forma efetiva a regulamentação e garantia dos direitos étnicos dos quilombolas dispostos na Constituição Federal desde 1988. O resgate desta questão no governo gerou debates relevantes no processo de atualização da questão dos quilombolas.

As noções de igualdade racial e desenvolvimento étnico passam a ser correlacionadas a pressupostos como cidadania, justiça, igualdade, pluralismo, democracia. Com a proposta de tornar o Brasil um país sem discriminação racial/étnico-cultural, os remanescentes quilombolas são tomados como grupo de referência no seu governo (SOARES, 2012). Com a eleição do Lula, alguns programas e serviços foram sendo criados com o objetivo de reconhecer a existência de uma significativa desigualdade social, e, também, a importância da valorização da contribuição histórica da população negra para a construção da sociedade brasileira.

Dentre esses, merece destaque a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, que é originária do histórico movimento negro do Brasil e grande influenciadora do debate racial na formulação da Constituição de 1988. Foi através de marcos históricos como a Fundação Cultural Palmares (FCP); a Marcha Zumbi dos Palmares, contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida; o Decreto 1.904, de 13 de maio de 1995; o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra, vinculado ao Ministério da Justiça; e o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que surgiu a (SEPPIR), órgão responsável por direcionar as ações públicas em prol da igualdade racial no Brasil (HELIBOM, 2010).

A efetivação da SEPPIR culminou na criação de políticas públicas de promoção racial que estão fundamentadas no Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR).

---

de mais de 65 anos. Foi em 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, que a liberdade total finalmente foi alcançada pelos negros no Brasil. Esta lei, assinada pela Princesa Isabel, abolia de vez a escravidão no Brasil. <http://www.suapesquisa.com/historiadosbrasil/abolicao.htm>

## 7 | CULTURA ALIMENTAR QUILOMBOLA

As práticas alimentares de um determinado grupo na sociedade são particulares e específicas conforme as características que ele apresenta. Nem todos os grupos vivem da mesma forma, nem todos comem da mesma forma e se alimentam das mesmas coisas.

No momento em que se compartilha a alimentação em volta de uma mesa, além de se alimentar para satisfazer necessidades biológicas, está-se compondo e recompondo a sua cultura. Pois os alimentos e a comida podem ser interpretados como sínteses ancestrais de técnicas, símbolos e significados, produção material e intelectual da vida, ou, como destaca Montanari (2008), sempre cultura, nunca apenas pura natureza:

A humanidade adotou como parte essencial de suas técnicas de sobrevivência os modos de produção, de preparação e de consumo dos alimentos, desde o conhecimento sobre as plantas comestíveis até o uso do fogo como principal artifício para transformar o alimento bruto em produto cultural, ou seja, em comida. A cozinha, assim, funda a própria civilização (MONTANARI, 2008, p. 10).

A alimentação quilombola é composta por uma variedade de sabores e saberes ancestrais que vão além das necessidades biológicas. Está cercada por símbolos, significados e práticas de trabalho, mesclados e fundidos com ritos sociais, culturais e religiosos. O alimento é fruto da terra e da natureza prenehe, arada, germinada, regada com a força e com o suor do trabalho humano coletivo, com a sabedoria dos antepassados, a permissão e proteção dos santos e divindades (ARAÚJO, 2008).

A cozinha quilombola é um espaço de sociabilidade. Localizadas geralmente fora das casas, ali são repassados, de geração a geração, os saberes e sabores alimentares. Os fogões são de barro, artesanais, quase sempre à lenha; fogões industrializados são coisa rara, pois o gás é caro e de difícil acesso.

As roças, como eles costumam dizer, são de propriedade familiar, onde tanto homens, mulheres e seus filhos trabalham. As tarefas são divididas: preferencialmente são os homens que “roçam” a terra e plantam, e as mulheres auxiliam no plantio e são as responsáveis pelo preparo dos alimentos consumidos.

Com relação aos alimentos propriamente ditos, o feijão é um dos produtos mais cultivados, assim como o arroz, a mandioca, a cana-de-açúcar e o milho. Verifica-se também que a mandioca é um alimento muito importante, sendo largamente utilizada em vários pratos típicos e presente no dia a dia desta população. Outros tubérculos encontrados em abundância são o cará e o inhame, que tanto são coletados como plantados.

Além dos produtos descritos, produzem-se, em menor quantidade, inúmeros outros, como batata-doce, tomate, café, chuchu, abobrinha, e etc. É costume nessas comunidades comer verduras e legumes, entretanto, o consumo de vegetais fica comprometido quando eles enfrentam os períodos de seca e das pragas. As

frutas também estão bastante presentes na alimentação quilombola, não sendo de costume sua compra. As frutas são provenientes tanto do cultivo quanto da coleta, encontrando-se no verão melancia, melão, uva, jabuticaba, goiaba e abacate. Já no inverno, a laranja, a mexerica, o abacaxi e a jaca; mamão e banana estão disponíveis praticamente durante o ano todo.

Com relação aos pratos feitos por eles, podemos citar, por exemplo: o sopão, mocotó, feijoada, canjica, doce de laranja azeda, cuscuz, biju, tapioca, frango caipira com mandioca, arroz caipira pilado, taioba<sup>3</sup>, vaca atolada, pé de moleque, moqueca de ovos, amalá<sup>4</sup>, dentre outros (SANCHO, 2006).

Atualmente verifica-se a introdução de produtos industrializados adquiridos nos mercados. Isso ocorreu tanto pela facilitação em se comprar, quanto pelas influências dos meios de comunicação que, através de inúmeras formas de demonstrações destes produtos, aliadas a muitas propagandas apelativas, acabaram por introduzir no dia a dia um grande número de produtos industrializados (SANCHO, 2006).

Parte da população, especialmente os mais velhos, expressa indignação com relação a esta nova realidade e dependência, pois antes muitos tinham horta ou simplesmente coletavam, relatando que não precisavam gastar dinheiro e que também os produtos não continham veneno.

Diante desse quadro, torna-se urgente a implantação de medidas que favoreçam a cultura alimentar desse segmento populacional. As políticas públicas específicas para as comunidades quilombolas devem ser voltadas à valorização das suas identidades culturais, por meio da promoção de atividades tradicionais do grupo social em destaque, de forma a valorizar a cultura de cada povo e garantir a segurança alimentar e nutricional.

## 8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta todos os aspectos aqui explanados, constata-se com este estudo que a segurança alimentar constitui um direito universal, direito este que inclui as parcelas menos favorecidas, pobres e negros, que infelizmente no Brasil ainda são pouco reconhecidas e deixadas à mercê da desnutrição e da falta de acesso à alimentação de qualidade e em quantidade suficiente para suprir a carência biológica e social.

O Brasil também é um país que carrega os traços da miscigenação; em consequência disso, apresenta uma rica diversidade cultural. No tocante à temática

---

3 A taioba (*Colocasia antiquorum*) é uma planta que se parece bastante com o inhame, pertencendo à mesma família. É originária de climas tropicais, adaptando-se bem à maior parte do clima encontrado no Brasil. Fonte: <http://www.ruralnews.com.br/visualiza.php?id=434>

4 Amalá é comida do ritual votivo do Orixá Xangô, Iansã, Obá e Ibêjié, feito com quiabo cortado, cebola ralada, pó de camarão, sal, azeite de dendê ou azeite doce (JAQUES, 2007).

abordada, a cultura alimentar quilombola, mais que característica de um povo, é “Patrimônio da Nação Brasileira” (grifos nossos) e tem origens construídas com marcas rudes, mas que revelam a força de um povo que conseguiu superar o triste flagelo da escravidão e permanecer até hoje mostrando sua importância e força ante as desigualdades reinantes na sociedade.

O ato de se alimentar passa a ser mais que um simples ato diário e torna-se a expressão e a característica dessas comunidades, que devem ter sua cultura alimentar cultivada e preservada.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sonia Lucia Lucena Sousa de. **Curso de formação continuada para agentes de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável**. Histórico de movimentos de SANS no Brasil, 2008.

Boff, Leonardo. **Depois de 500 anos: que Brasil queremos?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Pág. 104.

BURLANDY, L. Maluf. Soberania Alimentar. In: **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. Indicadores e monitoramento, da Constituição de 1998 aos dias atuais, 2010.

CONSEA, **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: CONSEA, 2004.

<http://www.ibge.com.br/indicadoresdafome>. Acessado em: 27/01/2015

HELIBOM, Maria Luiza. (Org). Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça. - Módulo IV-**Estado e Sociedade**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2010 Pág.110-114.

JAQUES, André Porto. **A Geografia do Batuque: estudos sobre a territorialidade desta religião em Porto Alegre-RS**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial & Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação**. Cúpula Mundial de Alimentação. Roma: FAO; 1993.

ONU. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. ONU, Nova York, 1966.

PESSANHA, L. D. R. **Pobreza, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Contribuição ao Debate Brasileiro**. (texto apresentado no Seminário “Sistemas Locais de Segurança Alimentar” realizado no Instituto de Economia da Unicamp em novembro de 2002. 1: Estimativa de Beneficiários de Programas de Combate à Fome, 2001.

SANCHO, Andréia Oliveira. **Perfil Alimentar da Comunidade Quilombola João Surá: Um Estudo Etnográfico**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2006.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento Como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: companhia das Letras, 1981.

SOARES, Gilvânia Luiz. **Associação Quilombola Baú: Apoio e Resgate da História e Cultura**.

Universidade Federal de Minas Gerais. Ouro Preto. 2012.

VALENTE, F.L. S, **Direito Humano à Alimentação: desafios e conquistas**. Cortez Editora, São Paulo, 2002. p. 40-43.

VALENTE, F.L.S. **O direito à alimentação**. In: Lima Jr JB, Zetterström L, organizadores. **Extrema pobreza no Brasil: a situação do direito à alimentação e moradia adequada**. São Paulo: Loyola;2004.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-060-5

